

22 de setembro de 2020

Boletim n. 01 – A questão étnico-racial em tempos de crise

No Boletim n. 01, *Hilton P. Silva* (UFPA) relata a situação das comunidades quilombolas do estado do Pará frente à nova realidade imposta pela pandemia da Covid-19, que escancarou a falta de políticas públicas voltadas para proteção das comunidades tradicionais, bem como os racismos ambiental, estrutural e institucional que marcam a sociedade brasileira. Em todo o Brasil, o estado do Pará concentra o maior número de quilombos titulados e para a Covid-19 já perdeu 43 quilombolas, número que corresponde a um terço das mortes de quilombolas do país.

A Covid -19 e as Populações Quilombolas na Amazônia: impactos do racismo estatal

Por Hilton P. Silva



Foto: Mulher quilombola de Barcarena, no Pará. Foto por Cícero Pedrosa Neto. Disponível em <<https://amazoniareal.com.br/em-meio-a-pandemia-quilombolas-de-barcarena-denunciam-abandono/>>, acesso em 21 de setembro de 2020.

O Brasil é o segundo país em número de casos de COVID-19 no mundo, atrás apenas dos EUA. Na primeira semana de agosto já eram mais de dois milhões de infectados confirmados e foi ultrapassada a marca de 100 mil mortos. A maioria dos mortos é de pretos e pardos.

22 de setembro de 2020

Boletim n. 01 – A questão étnico-racial em tempos de crise

Na região norte, em particular no Pará, o número de casos nas comunidades quilombolas tem crescido rapidamente. Em função das grandes distâncias das principais cidades, dificuldades de acesso, que algumas vezes é possível apenas por via fluvial ou aérea, da crônica falta de infraestrutura de saúde nas localidades e nas prefeituras menores, que se soma a ausência de políticas de Estado para os quilombolas, não há perspectiva que a situação venha a ser controlada no curto prazo.

O Pará é o estado que tem o maior número de áreas quilombolas tituladas no país. São 141 títulos coletivos, abrangendo mais de seis mil famílias em 64 municípios. Segundo as organizações quilombolas, até a segunda semana de agosto já havia 1779 casos de Covid-19 confirmados, 1171 suspeitos sem acompanhamento médico e 43 óbitos nas diversas regiões do estado, que tem mais de 500 comunidades autoidentificadas e concentra cerca de um terço das mortes de quilombolas do país. Naturalmente que, como não há testagem adequada ou suficiente nas áreas rurais, o número de casos de contaminação e potencialmente mortes não notificados no interior é incalculável.

No Brasil, as pessoas negras internadas com COVID-19 têm quase o dobro de chances de morrer quando comparadas com as brancas. Porém, muitos quilombolas têm morrido sem sequer ter a oportunidade de chegar aos hospitais e não há qualquer sistema de registro oficial para esse grupo nos formulários de notificação, o que torna qualquer análise numérica especulativa.

Segundo o Instituto Socioambiental (ISA), o Pará é o estado que apresenta o maior número de mortos entre os quilombolas. No Brasil já são mais de 150 e a taxa de letalidade estimada entre eles até junho era quase cinco vezes maior que a média brasileira. Embora certamente subestimados, devido à falta de testagem, esses dados mostram o crescimento vertiginoso dos casos entre os grupos mais vulnerabilizados e a interiorização da pandemia, afetando as áreas que já são historicamente precárias em termos de assistência à saúde. Em geral, as populações do Norte e do Nordeste apresentam os piores indicadores socio-sanitários.

Como forma de tentar se proteger, muitas comunidades têm realizado barreiras sanitárias voluntárias, na perspectiva de impedir a entrada de visitantes e seguir normas de isolamento para quem vai buscar alimentos, medicamentos, ou levar parentes para os hospitais. Mas isso traz implicações. Considerando que a Atenção Básica em saúde sempre foi precária nessas comunidades e há um elevado número de pessoas com doenças crônicas, necessitando de acompanhamento médico regular e medicações, que não estão disponíveis nas comunidades, as taxas de mortalidade nesses grupos deverão aumentar, especialmente entre os idosos, que são os principais depositários das tradições de cada comunidade.

22 de setembro de 2020

Boletim n. 01 – A questão étnico-racial em tempos de crise

Em todo o país, os quilombolas dependem, sobretudo, da agricultura, da pesca e de auxílios governamentais para sobreviver. Sem poder sair para vender seus produtos, muitas comunidades estão sofrendo com insegurança alimentar e nutricional e estão apelando para vaquinhas na internet, feitas com apoio de ONGs, associações quilombolas, pesquisadores, ativistas e estudantes na capital, para a aquisição de cestas básicas e kits de higiene para distribuição entre as famílias necessitadas, já que grande parte não teve acesso ao auxílio emergencial do governo federal. Em diversas áreas não há eletricidade, nem acesso à internet, muitas pessoas não têm telefone, identidade, CPF e/ou são analfabetas e não conseguiram sequer fazer o cadastro. Outros quilombolas, quando conseguem se cadastrar não conseguem se deslocar até a cidade para acessar os recursos por falta de transporte, de dinheiro ou medo de trazer o contágio para a comunidade na volta.

O país não conta com qualquer estrutura oficial de registro sobre a situação das populações quilombolas e o Censo Demográfico de 2020, que seria o primeiro na história a buscar informações para identificá-las, não será realizado devido à pandemia. Porém, pesquisas realizadas em vários estados mostram que a saúde desses grupos já é historicamente fragilizada em função de sua situação socioeconômica e do histórico racismo ambiental, estrutural e institucional. De modo geral, quando se trata de indicadores de saúde, saneamento e educação, os quilombolas estão apenas um pouco melhor que os indígenas.

No cenário nacional, a Fundação Cultural Palmares, que deveria liderar os esforços para a proteção das comunidades quilombolas, demite servidores e se vê imersa em controvérsias e litigações, pois seus dirigentes se posicionam, com frequência, contrários aos movimentos sociais e suas agendas em defesa da população negra. O Ministério da Saúde demorou até abril para implementar o quesito raça/cor nas fichas de notificação de COVID-19, só vindo a fazê-lo após ser pressionado pelas organizações do Movimento Negro e até agora não há diretriz oficial específica sobre o combate a pandemia nas populações quilombolas.

Enquanto isso, o Coronavírus avança a passos largos para o interior da Amazônia e do Brasil. Acostumadas a lidar com a ausência e a necropolítica do Estado, as comunidades recorrem às suas tradições culturais históricas, sua religiosidade, seus conhecimentos etnobiológicos, sua solidariedade mútua e sua resiliência, para continuar a suportar o racismo estatal e mais essa "doença de branco".

Hilton P. Silva é docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) e do Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Sociedade na Amazônia (PPGSAS) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Coordenador do Laboratório de Estudos Bioantropológicos em Saúde e

22 de setembro de 2020

Boletim n. 01 – A questão étnico-racial em tempos de crise

Meio Ambiente (LEBIOS) e Pesquisador Colaborador do Centro de Investigação em Antropologia e Saúde (CIAS), Universidade de Coimbra (UC), Portugal.

Este texto é parte de uma série de boletins sequenciais sobre a questão étnico-racial em tempos de crise que está sendo publicada ao longo das próximas semanas. Trata-se de uma ação conjunta que reúne a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e a Associação dos Cientistas Sociais da Religião do Mercosul (ACSRM). Esse é um esforço para continuar dando visibilidade ao que produzimos e afirmar a relevância dessas ciências para o enfrentamento da crise que estamos atravessando.

A publicação deste boletim também conta com o apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC/SC), da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ANPEGE), da Associação Nacional de Pós-Graduação em História (ANPUH), da Associação Nacional de Pós graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur).

Acompanhe e compartilhe!

